

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**VIOLÊNCIA MANIFESTADA NA ESCOLA: A ANÁLISE DO
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
EDUCAÇÃO E A POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cacia Jarlete Lopes Bachmann

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**VIOLÊNCIA MANIFESTADA NA ESCOLA: A ANÁLISE DO
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
EDUCAÇÃO E A POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

Cacia Jarlete Lopes Bachmann

Trabalho de conclusão apresentado ao **Curso de
Bacharelado em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social**

Orientadora: Prof^a Eliana Cogoy

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Bacharelado em Serviço Social

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**VIOLÊNCIA MANIFESTADA NA ESCOLA: A ANÁLISE DO
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
EDUCAÇÃO E A POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

elaborado por
Cacia Jarlete Lopes Bachmann

como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Eliana Cogoy
(Presidente/Orientadora) - UFSM

Prof. Fabio Jardel Gaviraghi
(Serviço Social/ Graduação) – (UFSM)

Santa Maria, 27 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

"POSSO TODAS AS COISAS NAQUELE QUE ME FORTALECE"
(Filipenses Cap. 4 Vers. 13).

Dessa maneira começo agradecendo a Deus, por ter me dado força a cada momento que fraquejei.

Agradeço a minha família, mas em especial a meus filhos, Kelvin, Tayane e Daniel, ao meu esposo Antonio Marcos, pelo apoio e incentivo, e por terem tido paciência e compreensão nos momentos nos quais estive ausente durante o tempo de graduação, nos momentos difíceis de histeria, nervosismo e ansiedade.

Obrigada, Mãe! Pelas orações que me fortaleceram para chegar até aqui.

A todos meus colegas que compartilharam comigo estes anos de curso, não só conhecimentos teóricos, mas experiências de vida, exemplos de determinação e superação.

Valeu! I Turma do Serviço Social da UFSM, para sempre em meu coração.

Um agradecimento especial à colega Adriana Pozzobon, pelo apoio incondicional, pelo incentivo, ânimo e pela sensibilidade de estar sempre pronta a ajudar nos momentos difíceis, quando tudo parecia perdido.

À Daniela Refatii Simões, pelas palavras de incentivo e pelas caronas, valeu Danica! Obrigada por tudo.

Um agradecimento mais que especial àquela que Deus me presenteou colocando na minha vida, minha colega, amiga, irmã de coração, Silvana Soares. Dizer obrigado é muito pouco por tanto que compartilhamos juntas, mas assim mesmo obrigada, por ter estado ao meu lado sempre nos melhores e piores momentos da minha vida. Parceria, amizade, paciência, compreensão, confiança. São estas palavras que expressei a ti neste momento.

As minhas colegas de trabalho, pelo apoio que me deram sempre que precisei.

A tantas outras pessoas importantes para mim neste processo, algumas que não

estavam sempre presentes, mas sei que torceram por mim.

A todos os professores que fizeram e fazem parte do corpo docente do Curso de Serviço Social da UFSM.

A minha supervisora de campo, Camila Farias, por ter disponibilizado seu tempo e me orientado na busca pela apreensão do fazer profissional. Muito Obrigada!

Ao professor Fabio Jardel Gaviraghi, que me supervisionou no Processo de Estágio I. Obrigada pela dedicação, compreensão e sensibilidade que sempre teve, por ter socializado seus conhecimentos e experiências e também pelo carinho em aceitar o convite para a banca examinadora deste trabalho, concluindo assim sua participação no meu processo de formação acadêmico. Obrigada!

A minha supervisora e orientadora no Processo de Estágio, Eliana M. Cogoy. Obrigada por ter contribuído neste processo de conclusão da minha formação.

Aos alunos que fizeram parte do meu Projeto de Intervenção e que contribuíram significativamente para a realização da prática profissional.

A uma excelente amiga, Lorezi Mangini, que me mostrou que nunca é tarde para irmos em busca dos nossos sonhos. Obrigada pelo incentivo e por acreditar no meu potencial.

Assim agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para tornar este sonho realidade e que fizeram parte desta trajetória.

Muito Obrigada!

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Bacharelado em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

VIOLÊNCIA MANIFESTADA NA ESCOLA: A ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO E A POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ

AUTORA: CACIA JARLETE LOPES BACHMANN
ORIENTADOR: ELIANA COGOY

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 27 de novembro de 2014.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um relatório teórico – prático com base em trabalhos produzidos sobre a temática estudada, e faz uma análise do serviço social na educação e uma reflexão do processo de trabalho deste profissional frente à violência manifestada na escola, bullying, assim como a possível construção de uma cultura de paz, articulando as ações profissionais, escola e família. Apresenta-se também a consolidação da Política de Assistência Social como política pública, a criação dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e os serviços de proteção ofertados por estes, bem como a implantação do serviço social e (CRAS) na Secretaria Municipal de Assistência Social de Dona Francisca/RS. Relata-se também sobre a experiência obtida no estágio obrigatório do curso de Serviço Social e o projeto de intervenção operacionalizado pela acadêmica, que objetivou fomentar ações de cultura de paz junto aos escolares do município.

Palavras-Chaves: Assistência social. Educação. Violência Escolar. Cultura de Paz. Serviço Social.

ABSTRACT

The present work that consists of a monography (TCC) consists of a literature review based on works produced on the subject studied and makes an analysis of the social services in education and a reflection of the process of work of this professional front of violence manifested in school, bullying, as well as the possible construction of a culture of peace, articulating the professional actions, school and family. It presents also the consolidation of Social Assistance policy as public policy, the establishment of Reference centres and Social Assistance (CRAS) and protection services offered by these, as well as the implementation of social service and CRAS on Municipal Social Assistance of Dona Francisca/RS. It is reported also the experience obtained in the required internship course of Social Service and the intervention project operated by academic aimed to promote culture of peace actions along the schoolgirls of the municipality.

Keywords: Social Assistance. Education. School Violence. Culture of Peace. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social.

OASF - Organização de Atenção Socio-familiar.

ONU - Organização das Nações Unidas.

ONGS - Organizações não-Governamentais.

PAIF - Programa de Atenção Integral a Família.

PIM - Programa Primeira Infância Melhor.

PL - Projeto de Lei.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

SUS - Sistema Único de Saúde.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – OS DESAFIOS NA VIOLÊNCIA ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE AÇÕES PARA CULTURA DE PAZ.....	12
2.1 Serviço Social no âmbito escolar: realidade e perspectivas.....	12
2.2 Compreendendo a Violência e suas manifestações no ambiente escolar.....	18
2.3 Cultura de Paz: A construção de uma cultura de paz na escola.....	23
3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLITICA PÚBLICA	27
3.1 A Política de Assistência Social no Brasil: um recorte a partir de 1988.....	27
3.2 A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o SUAS: consolidação e materialização ..	29
3.3 A criação dos Centros de Referência e Assistência Social: para consolidar serviços de proteção social.....	32
4 O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CRAS EM DONA FRANCISCA / RS.....	36
4.1 A Implantação do Serviço Social e Dona Francisca.....	36
4.2 O CRAS e a atuação do assistente social: processo de trabalho, demandas e ofertas... 	39
4.3 Relato de experiência: cultura de paz na escola através da atuação do CRAS.....	42
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) consiste em um relatório teórico – prático com base na experiência obtida no estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), na Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Dona Francisca / RS.

Este trabalho teve por base uma revisão bibliográfica e documental e traz também dados relacionados à vivência nos estágios supervisionados obrigatórios em Serviço Social junto ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria / UFSM.

A revisão bibliográfica foi realizada utilizando-se de trabalhos produzidos acerca da temática tratada neste estudo, como: livros, artigos científicos, documentos, pesquisa online, bem como os documentos produzidos durante os estágios, que são: diário de campo, análise institucional, plano e relatório final de estágio.

O Serviço Social contemporâneo, pelo seu compromisso ético-político, está ciente do contexto no qual desenvolve sua prática e a necessidade de enfrentar os desafios de emancipação social.

O Serviço Social é uma profissão diferenciada porque possui uma visão crítica do contexto social e uma visão profunda e abrangente da realidade. Os Assistentes Sociais se propõem a enfrentar a fragmentação e a focalização das políticas sociais, através da articulação de diferentes profissionais, articulando a rede para a realização de um trabalho interdisciplinar¹, sendo este de grande importância no enfrentamento das demandas apresentadas na sociedade atual.

A educação cumpre um papel essencial na formação do sujeito, que vai além da instrução que este recebe da família e das disciplinas aprendidas na escola nos

¹A interdisciplinaridade representa uma tentativa de interpretação global da existência humana; apresenta-se como remédio para a fragmentação das disciplinas deixadas pelas especialidades, porém com uma atitude que impede o estabelecimento da supremacia de certa ciência em detrimento de outras. No dia a dia ela se manifesta na integração e reciprocidade dos conhecimentos das diversas áreas e no esforço em reconstruir a unidade do paciente que nos apresenta fragilizado no seu corpo, nas suas relações pessoais e sociais, na sua emoção (FOSP, p. 23, 1997).

primeiros anos de vida. A educação perpassa fronteiras e busca constantemente formar cidadãos preparados para um convívio digno dentro da sociedade.

Sendo assim, pretende-se, neste trabalho, dar visibilidade à atuação do Serviço Social na área da educação, ressaltando a importância das competências profissionais do assistente social, sendo que o trabalho desenvolvido por este profissional se dá no viés de desmistificar e desvelar a realidade produtora das desigualdades sociais.

Diante desta realidade é que o Serviço Social vem construindo um caráter sócio-político, crítico e interventivo e tem ampliado suas ações nos espaços nos quais se manifestam as diversas refrações da questão social², objeto de trabalho do assistente social.

A profissão acompanhou as várias transformações da sociedade e construiu um projeto ético-político, que tem seus princípios fundamentados na Lei 8662/93 e no Código de ética profissional, de 1993.

O Serviço Social na contemporaneidade possui fundamentos que o qualificam e diferenciam da prática de reprodução das relações sociais dominantes ainda comuns na profissão. Ele busca alternativas para um trabalho articulado a novos projetos aceitos.

O presente trabalho de conclusão de curso inicialmente traz algumas considerações introdutórias neste capítulo 1 e, no capítulo 2, vem contextualizar a inserção do Serviço Social no âmbito escolar, a realidade existente e as perspectivas de mudanças. Além disso, mostra o processo de trabalho do assistente social frente à violência escolar e os desafios da construção de uma cultura de paz nas escolas.

Posteriormente, no capítulo 3, abordará a Política de Assistência Social, assim com a Lei Orgânica de assistência social (LOAS). No último capítulo deste trabalho, apresenta-se o momento da implantação do Serviço Social no município de Dona Francisca, a atuação do assistente social no CRAS deste município. Finaliza-

²Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 28)

se apresentando o relato de experiência, obtido através do estágio e do projeto de intervenção, realizado pela acadêmica, que teve como foco principal a violência escolar e a cultura de paz como enfrentamento para esta demanda. Concluindo o estudo, são apresentadas as considerações finais a partir deste processo de formação profissional.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – OS DESAFIOS NA VIOLÊNCIA ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE AÇÕES PARA CULTURA DE PAZ

Este capítulo fará uma abordagem sobre a inserção do Serviço Social no âmbito escolar e as possibilidades de realizar um processo de trabalho atuando no enfrentamento à violência escolar que contribua para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Fará também uma análise da conquista de novos espaços socio-ocupacionais ocupados pelos assistentes sociais, o que considera-se um avanço significativo para a categoria.

2.1 – Serviço Social no âmbito escolar: realidade e perspectivas.

Compreender as transformações da sociedade é também entender que o Serviço Social precisa responder às novas demandas e que os espaços de atuação do assistente social exigem um profissional cada vez mais qualificado.

Iamamoto afirma que:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual, traçar horizonte para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (IAMAMOTO, 1998, p 75).

O Serviço Social vem conquistando seu espaço em várias áreas profissionais, como saúde, educação, entre outros. O cenário educacional vem sendo ocupado pelo profissional do Serviço Social, que atualmente tem reafirmado esta conquista.

Segundo Amaro (1997), o contexto escolar é um ambiente rico e fecundo, onde as contradições sociais, os jogos de força e a luta pelos direitos de cidadania estão vivos e expressam assim a realidade como ela é a partir dos sujeitos que por

ela transitam, os quais vivenciam situações de vulnerabilidade social, como desemprego, violência, fome, dependência química entre outras.

Por isso, deve-se buscar um ambiente educacional preocupado com a formação dos sujeitos para a cidadania, orientando-os e instruindo-os sobre seus direitos, deveres e preparando-os para a superação de desafios, como desigualdade e exclusão social. É preciso encorajar e estimular os sujeitos para transformarem a realidade na qual estão inseridos, na busca de sua autonomia como sujeito.

O serviço social, bem como a escola, ao desenvolverem sua função educativa, geram forças contraditórias, ao mesmo tempo em que são instâncias de reprodução tem também possibilidades de contribuir na transformação social. (CAMARDELO, 1994, p.152).

No entanto, frente a tantas fragilidades apresentadas pelas escolas brasileiras, é necessário que o Estado implemente políticas de intervenção em prol da melhoria da educação no que se refere ao ensino pedagógico para uma investigação e compreensão dos problemas apresentados no ambiente escolar.

Considera-se necessário um olhar investigativo em relação às demandas apresentadas na escola. Para tanto o assistente social é um profissional preparado para trabalhar com as expressões da questão social e pode atuar no espaço escolar.

O Serviço Social é uma profissão essencialmente interventiva e o assistente social é o profissional que intervém nas diferentes expressões da questão social. O exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade (...). A atitude investigativa fomenta o exercício profissional do assistente social, pois, se refere ao movimento de desocultamento do real (...). (FRAGA, 2010, p.41-43).

O “desocultamento do real” que a autora nos traz é ver além daquilo que nos é proposto, isto é, conhecer o sujeito e o objeto de trabalho na sua totalidade, possibilitando assim o conhecimento do contexto histórico no qual o sujeito esta inserido.

O assistente social pode aproximar os objetivos da educação e do serviço social, principalmente tornar-se um elo no processo de aproximar família/escola. A comunidade escolar enfrenta muita resistência dos pais em ir até a escola participar

do processo de construção da educação de seus filhos. Torna-se importante o processo de mediação entre família e escola. Sendo que:

A educação abrange os processos formativos que se envolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL,1996).

Ao citar a mediação, é fundamental explicar que esta é tida como uma das categorias fundamentais para o trabalho do assistente social. Segundo Pontes (2000), a mediação é uma categoria objetiva e antológica que está presente na realidade. Ela é estudada como uma das categorias centrais da dialética, pois pertence ao real, mas é também elaborada na razão.

A mediação é permeada de dinamismo e articulação que se move no interior das contradições sócio históricas. Neste sentido, o cenário educacional é um ambiente no qual os profissionais se deparam com várias contradições, desigualdades e diferenças de todas as formas, étnicas, culturais, religiosas e socioeconômicas, o que torna esse espaço um campo amplo de atuação para o Serviço Social.

Segundo Amaro (1997), o Serviço Social na educação surgiu em 1906 nos Estados Unidos; e, no Brasil, na década de 40, no RS. Na década de 90, surge um momento importante para o Serviço Social no âmbito educacional. De acordo com essa mesma autora, a partir de um concurso público realizado no ano de 1994, a profissão ampliou seu quadro profissional na área da educação, retomando assim o movimento em busca de maior rigor crítico e teórico no seu pensar e na práxis.

Diante de profundas mudanças na sociedade contemporânea, transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e familiares, a escola não dispõe de condições para atender a tantas demandas. O assistente social inserido neste contexto pode dar suporte à escola, auxiliando e orientando, tanto alunos, quanto professores e pais nas questões relacionais ou nas questões específicas para as quais está preparado. Porém, esse espaço vem sendo conquistado aos poucos.

Para contextualizar o Serviço Social na esfera da escola pública, exemplifica-se o PL nº05 e PL nº004/09, o primeiro Projeto de Lei sobre a criação do Serviço

Social nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil do município de Santa Maria /RS. Cita-se:

Art. 1º_ Fica o poder executivo autorizado a implantar o Serviço Social em estabelecimentos escolares integrantes da rede municipal de ensino (escolas de ensino fundamental e educação infantil da zona urbana e rural), com mais de 100 alunos.

Art. 2º_ O Serviço Social de que trata esta lei atuará no enfrentamento e na prevenção de situações manifestas no cotidiano escolar.

Art. 3º_ As atividades previstas no Art. 2º incluirão os seguintes itens:

I – apropriação por meio de pesquisa da realidade da população escolar;

II – elaborar e executar programas de orientação sociofamiliares, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;

III – participar, juntamente com equipes multidisciplinares, na elaboração de programas que visem prevenir à violência, o uso de álcool e drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, e demais problemas de saúde pública;

IV – desenvolver um trabalho em rede com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimentos de suas necessidades;

Art. 4º_ Executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei nº. 8.662/93 – Regulamentação da Profissão.

Art. 5º_ As despesas com a execução desta lei ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento do município (BRASIL, 2005, p. 01).

Ainda em relação a esse PL, sua justificativa está fundamentada, a partir das seguintes afirmações:

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) a escola tem a competência de garantir a educação e o desenvolvimento integral do aluno, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, buscando sua formação para o exercício da cidadania, preparando o aluno para o ingresso no mundo do trabalho e participação na sociedade.

O Serviço Social será de grande importância no cumprimento das determinações da LDB (9394/96), contribuindo:

- no acompanhamento sistemático e efetivo das políticas governamentais de atendimento às famílias com crianças em idade escolar;
- no trabalho na perspectiva de rede, estabelecendo vínculos com a rede socioassistencial;
- no desenvolvimento de trabalho em parceria com a comunidade local, buscando, construir uma relação comunidade – escola – família (BRASIL, 2005, p. 01).

De acordo com Martinelli (1998), o Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo, com o objetivo de proporcionar novas discussões e trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações que trabalha consciências e a relação social.

O trabalho do Assistente Social deve ser um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p.74).

Portanto, a contribuição que o assistente social tem a oferecer dá-se também na atuação interdisciplinar, na qual os diferentes saberes, vinculados às distintas formações profissionais possibilitam uma visão ampliada e uma compreensão consistente nos processos sociais, assim o profissional pode realizar ações efetivas a partir de seus conhecimentos históricos e sociais.

Ressalta-se que o profissional de Serviço Social, inserido no ambiente escolar, não desenvolve ações que substituem aquelas desempenhadas por profissionais tradicionais da área de Educação. A contribuição deste profissional ocorre no sentido de subsidiar, auxiliar a escola, e seus demais profissionais, no enfrentamento de questões que se manifestam diante do fazer profissional do Assistente Social, sobre as quais, muitas vezes, a escola não está preparada para intervir.

Amaro (1997) diz que Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes e tem a escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Tem-se a necessidade de se realizarem ações em torno dos problemas sociais que se manifestam e implicam de forma negativa no desempenho do aluno, levando o educador pedagógico a recorrer ao Assistente Social.

Desta forma, a inserção do Serviço Social na escola vem contribuir para que a educação seja vista como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação social dos sujeitos. Ambos, tanto a escola como o Serviço Social, trabalham diretamente com o objetivo de possibilitar às pessoas que se tornem conscientes e protagonistas da sua própria história.

Sabe-se que, é no ambiente escolar, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se manifestam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2001, elaborou um documento intitulado "Serviço Social na Educação", com o objetivo de contribuir com a discussão acerca da inserção do Serviço Social na educação.

Ainda, conforme o CFESS (2001), os problemas sociais a serem contornados pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Os dois últimos itens remetem à questão da violência a qual será abordada a partir do próximo item.

2.2 Compreendendo a Violência e suas manifestações no ambiente escolar

Atualmente estão estampados em todos os telejornais, internet, vários casos de violência nos diversos lugares do mundo, ocorrendo nas famílias, escolas, sociedade, etc.

De acordo com Minayo e Souza,

A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. (MINAYO e SOUZA, 1997/1998, p.513).

Segundo Amaro (2012), a violência, seja de qual for o tipo, é uma questão relacional e não particular e individual. São relações e situações que desencadeiam agressões, discriminações, abusos e muitos outros tipos de violências.

A violência apresenta-se de várias formas e efeitos sociais, sendo elas: Violência Física, Violência Psicológica, Violência Sexual, Negligência ou Abandono, Tráfico de Pessoas, Trabalho Infantil, entre outras. No entanto, o presente trabalho destaca a violência física e psicológica, mas chama a atenção para o bullying, sendo que este expressa as atitudes agressivas e violentas manifestadas nas escolas.

De acordo com o Ministério da Saúde, a violência física pode ser entendida como "qualquer ação que machuque ou agrida intencionalmente uma pessoa, por meio de força física, arma ou objeto, provocando ou não danos e lesões internas ou externas no corpo". (BRASIL, 2009, p. 9).

Entende-se com esse conceito que a violência física se constitui por uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e ferimento ou destruir a pessoa deixando marcas evidentes. Esse tipo de violência provoca na vítima vários tipos de sentimentos, como medo, sofrimento, depressão, entre outros, que muitas vezes são acobertados pelo silêncio e submissão, que podem também constituírem-se como violência psicológica. Esta última, entendida por Faleiros e Faleiros da seguinte forma:

Diferentemente da violência física, a violência psicológica não deixa traços imediatamente visíveis no corpo, mas destrói a auto-imagem do violentado e se manifesta no comportamento da criança ou do adolescente. Essa violência provoca traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva. (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 36).

Observa-se assim que a violência psicológica é silenciosa, não deixando marcas visíveis. No entanto, fere a alma da pessoa, denigre a imagem e machuca a dignidade da mesma. Manifesta-se por meio de humilhações, ridicularização, inibição, ameaça, constrangimento, chantagem, que machucam a vítima muito mais do que a violência física.

Com o objetivo de esclarecer acerca do principal tema abordado neste capítulo, "Violência Escolar", que não significa "Violência da Escola ou Violência à Escola"³, mas sim trata-se de contextualizarmos as ações agressivas e violentas no ambiente escolar.

A violência na escola constitui-se nos atos violentos praticados nas instalações da instituição.

Denominam-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162).

Parte-se do pressuposto de que essa violência se iniciaria no contexto familiar, na sociedade, sendo as causas socioeconômicas, desigualdade e exclusão social,

³ Violência da escola é caracterizada quando a escola é a única autora das ações violentas e seus alunos são as vítimas.

A violência da escola se caracteriza na violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modo de composição de classes, de atribuição de notas, de orientação, de palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustas e racistas). (CHARLOT, 2002, p. 435).

Violência à escola é caracterizada por ações dos alunos ou outros sujeitos, com atos de depredação, furtos do patrimônio escolar, ou seja, vandalismo que acontece de fora da escola contra a escola.

Quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam (CHARLOT, 2002, p. 434).

falta de oportunidades, enfim, vários fatores que podem tornar uma criança ou adolescente violento ou agressivo, de maneira que estas ações violentas, tanto físicas quanto psicológicas, venham se manifestar no âmbito escolar.

VIOLÊNCIA ESCOLAR, *BULLYING*: A violência na escola envolve todos os que nela convivem, ou seja, abrange toda comunidade escolar, alunos, pais, funcionários e professores. Os tipos mais comuns de violência escolar são o bullying e o cyberbullying. *BULLYING*: com base nos autores Guareschi e Silva (2008), apresenta-se conceito de *bullying*. Este é um tipo de violência que pode acarretar sérios danos a suas vítimas, sendo conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir, adotados por uma ou mais pessoas contra outra. Acontecem sem motivação evidente, causando dor e sofrimento.

Quando executado na escola, resulta em comprometimento da aprendizagem, da vontade de estudar e de todo ambiente educativo.

O bullying interfere no processo de aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, sensorial e emocional. Favorece um clima escolar de medo e insegurança, tanto para aqueles que são alvos como para os que assistem calados às mais variadas formas de ataques. O baixo nível de aproveitamento, a dificuldade de integração social, o desenvolvimento ou agravamento das síndromes de aprendizagem, os altos índices de reprovação e evasão escolar têm o bullying como uma de suas causas. (FANTE, 2008. p. 10).

De acordo com Guareschi e Silva (2008), a palavra *bullying* é de origem inglesa, *bully*, como substantivo significa valentão, tirano; e como verbo, brutalizar, tiranizar, amedrontar. É um fenômeno devastador que pode afetar a autoestima e a saúde mental de suas vítimas, assim como desencadear problemas, como depressão, ansiedade e até mesmo o suicídio.

Este tipo de violência acontece entre jovens e crianças de todas as classes sociais e não está restrita a algum tipo determinado pela escola. Por violência moral “se sentem os valentões” e acham que todos devem fazer suas vontades, querem ser o centro das atenções. Geralmente são crianças e adolescentes inseguros que sofrem ou sofreram algum tipo de agressão e reproduzem um comportamento de autoridade e pressão.

Segundo Guareschi e Silva, tanto as vítimas como os agressores necessitam de auxílio e orientação. Para evitar o *bullying*, é necessária conscientização a respeito do assunto. Nem toda briga ou discussão deve ser caracterizada como *bullying*. Às vezes, algumas crianças fazem brincadeiras inofensivas, utilizando palavras e comportamentos inadequados, mas isso nem sempre se configura como *bullying*. Este deve contar com uma vítima e um agressor, é preciso avaliar a intensidade e o significado dessas atitudes através de uma constante observação por parte da escola e da família.

Formas de *bullying* podem ser verbais (insultar, falar mal, colocar apelidos pejorativos, zoar); Física e Material (bater, empurrar, beliscar, roubar ou destruir pertences das vítimas); Psicológica e Moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar); Sexual (abusar, violentar, assediar). (GUARESCHI E SILVA, 2008).

O *bullying* pode ser direto ou indireto. Direto, quando as vítimas são atacadas diretamente; e indireto quando as vítimas estão ausentes. Uma nova forma desse tipo de violência é o *cyberbullying*. Trata-se do uso da tecnologia da informação e comunicação (e-mail, telefones celulares, fotos digitais, sites e outros) como recurso para a prática desse tipo de violência realizada por um indivíduo ou grupo que pretende causar danos a outros.

No que tange ao *cyberbullying*, é importante pensar na forma como os jovens estão utilizando o meio eletrônico. Uma ferramenta útil pode ser transformada em algo nocivo, desencadeando consequências tão ou mais destruidoras do que as geradas em *bullying* tradicional. (GUARESCHI e SILVA, 2008, p. 74).

As consequências podem ser físicas e emocionais de curto ou longo prazo, podendo causar dificuldades de aprendizado na escola, evasão escolar, depressão, problemas de relações na sociedade e no ambiente de trabalho. Muitas crianças vítimas de *bullying* desenvolvem medo, pânico e geralmente evitam retornar à escola. Essas crianças se tornam sujeitas a sofrerem depressão e baixa autoestima.

Quanto mais jovem for a criança agredida, maior será o risco de apresentar problemas futuramente, como comportamentos antissociais, instabilidade no trabalho, relacionamentos afetivos pouco duradouros. O estresse e a ansiedade causados pela vitimização podem levar ao surgimento de patologias dos seguintes

tipos: enurese noturna, alterações de sono, cefaléia constante, pânico, depressão, desmaios, vômitos, anorexia, bulimia entre outros.

As vítimas podem apresentar dores de cabeça, fadiga, transtornos no padrão de sono, pesadelos, perda ou ganho de peso, dificuldades de engolir, náusea, problemas no trato digestivo, síndrome do intestino irritável, diarreia, tontura, dores constantes, ansiedade, ataques de pânico; podem ter sentimentos de confusão, raiva, culpa, vergonha, medo, terror, aflição, depressão, desesperança e/ou desamparo, baixo amor-próprio, insegurança e isolamento. (MOZ e ZAWASKI, 2007. p. 117).

Portanto, é no ambiente escolar que o *bullying* aparece com muita frequência e as consequências são devastadoras para a formação e o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes.

Percebe-se que a família, a escola e a sociedade precisam buscar soluções, articulando políticas de prevenção e intervenção que possibilitem uma preparação para enfrentar esta questão de forma responsável e segura.

Segundo Amaro (2012), o papel do assistente social na escola consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas. A exemplo da inserção profissional nas diferentes instituições, na educação os processos de trabalho dos assistentes sociais estão dirigidos à construção de ações que incidem diretamente na cidadania dos segmentos marginalizados.

[...] as condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento de ações e nos resultados individuais e coletivos projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social. Os objetivos e projetos propostos, que direcionam a ação, têm uma importância fundamental, na afirmação da condição dos indivíduos sociais como sujeitos históricos. (IAMAMOTO, 2004, p. 22).

Sendo assim, o Assistente Social vem a ser um profissional capaz de realizar projetos que visem apontar alternativas para enfrentamento da questão da violência escolar, possibilitando, com isso, uma sociedade igualitária e justa a todos.

Percebeu-se ser necessário trabalhar de forma contínua os valores éticos dentro do ambiente escolar, orientando e encaminhando as autoridades competentes e os alunos vítimas de qualquer tipo de violência. É preciso ainda

desenvolver processos decisórios e democráticos, com a participação efetiva dos alunos, tornando-os protagonistas de uma cultura de paz na comunidade escolar.

2.3 Cultura de Paz: A construção de uma cultura de paz na escola.

Diante de um cenário de grandes transformações e do aumento no crescimento das desigualdades, violência e injustiças na nossa sociedade, apresenta-se uma perspectiva de construção de uma cultura de não-violência, uma cultura de paz.

Entretanto, antes de conceituar o tema cultura de paz, faz-se necessário uma breve reflexão sobre o que é cultura. Compreende-se por cultura,

Conjunto de modos de vidas criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra e entre os membros de determinada sociedade (...). Um sistema histórico de projetos de vida explícitos e implícitos que tendem a ser compartilhados por todos os membros de um grupo, ou por membros especialmente determinados (...). Corresponde às necessidades fundamentais de um grupo humano (...). Caráter de aprendizado ou transmissão. (ABAGNANO, 2000, p. 264 - 265).

Neste sentido, cultura é definida como conjunto de comportamentos, valores, práticas sociais passadas de geração a geração, através da vida em sociedade. Segundo a UNESCO (2005, p. 18), “cultura é definida como maneira de ser de se relacionar, de se comportar, de acreditar e agir durante toda vida”.

A cultura é um conceito que está em constante transformação e desenvolvimento, pois, com o passar do tempo, é influenciada por novas maneiras de pensar essenciais ao desenvolvimento humano. A partir dessa breve análise acerca do conceito de cultura, apresenta-se o conceito de cultura de paz.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 1999), a cultura de paz é definida como: “conjunto de valores, ações, tradições, formas de comportamento e estilos de vida com base no respeito à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais que conduzem à promoção da paz entre indivíduos, grupos e nações”. Sendo assim:

Viver uma cultura de paz significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular a compreensão entre os povos e as pessoas. (UNESCO, 2003).

A cultura de paz em seu contexto mais amplo, de modo a se reconhecer que está diretamente relacionada à justiça e ao equilíbrio nas relações entre nações, classes econômicas e entre seres humanos e meio-ambiente. Nas palavras de Frederico Mayor, ex-Diretor Geral da UNESCO, a cultura de paz se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, à pessoa humana e à sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis.

No Brasil, o tema cultura de paz começou a ser discutido na década de 1990 e a ser reconhecido em 1999 em uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que aprovou a resolução A/53/243; conhecida como Declaração e Programa de Ação para a Cultura de paz.

A cultura de paz e uma educação para a paz vêm se construindo ao longo dos anos e, para que seja fortalecida na sociedade, é necessário que se trabalhe as relações sociais, a discriminação, exclusão, preconceitos, entre outros, com a possibilidade de construir uma relação de equidade e dignidade.

Cultura de paz não significa a ausência total de conflitos, mas sim que estes sejam resolvidos pacificamente, desenvolvendo uma sociedade que compreenda os princípios como respeito, liberdade, justiça e direitos humanos.

Segundo Milani (2003), a cultura de paz exige um movimento de transformações que são indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais. Nesse contexto atual, onde a violência está cada vez mais presente na sociedade, estampada em todos os meios de comunicação e cada vez mais preocupante para os cidadãos que vivem situações de apreensão e medo diante de tantos crimes, enfim, todos os tipos de violência tornam-se motivos de insegurança para a população.

Nesse sentido, pensa-se na cultura de paz para o enfrentamento e prevenção da violência. “A cultura de educação para a paz está voltada para valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, respeito à diversidade,

solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social”. (ABRAMOVAY Et Al., 2001, p. 19);

Assim, pensando nos processos de trabalho do assistente social, que tem um compromisso ético-político diante da violação dos direitos humanos e que trabalha diretamente com as expressões da questão social, na perspectiva de garantia de direitos e na construção de uma sociedade justa e igualitária. A cultura de paz e o projeto ético-político do Serviço Social partilham da luta pela conquista dos mesmos valores. (autonomia, emancipação, equidade e justiça social).

Sendo assim, o assistente social, com aparato teórico-metodológico e especificidade profissional para trabalhar as questões relacionadas à violência de conflitos, pode também trabalhar no desenvolvimento de uma cultura de paz.

Como já exposto anteriormente sobre o Serviço Social na educação, a escola seria o espaço adequado para se começar uma educação para a paz com o enfrentamento das demandas que chegam até as escolas e principalmente a violência escolar.

No que se refere à escola, a abordagem da cultura de paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador - educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos, processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar, implementação de programas de capacitação contínua de professores, aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono de modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentadora cooperação e no trabalho conjunto (...). (MILANI, 2003, p. 39).

A contribuição do assistente social nesse sentido vem ser uma postura crítica, um olhar crítico da realidade, que possibilite uma leitura da realidade e das formas de reprodução da violência nas escolas.

A escola vem trabalhando muito o aspecto pedagógico, os alunos precisam se sentirem atraídos e envolvidos com as atividades escolares. Por isso, a comunidade escolar deve trabalhar aspectos culturais, emocionais, com projetos e oficinas, que podem ser realizados pelo profissional do serviço social, com o objetivo de trabalhar de forma positiva a questão da agressividade e violência. Assim, possibilitar aos alunos um espaço de diálogo, através de uma escuta sensível, que leva em

consideração o contexto social e familiar no qual o aluno está inserido, e transformar o processo de aprendizagem em algo que desperte a atenção dos alunos, onde eles possam se tornar autônomos e protagonistas de uma cultura de paz através de atividades recreativas, culturais e esportivas, como grupos de danças, capoeira, aulas de música, e até mesmo a criação de um jornal ou uma rádio na escola.

Essas atividades envolveriam os alunos de forma que as atitudes agressivas poderiam ser extravasadas de forma positiva, diminuindo assim a questão da violência escolar.

A escola precisa usar de estratégias para envolver a família no processo de educação dos seus filhos, isto é fundamental para a formação das crianças e adolescentes. É preciso romper com as barreiras que impedem a relação família / escola.

A escola precisa redefinir seus conceitos de participação, não basta comunicar as decisões tomadas, é necessário compartilhá-las de forma democrática numa perspectiva dialógica, utilizando-se de aspectos como conselhos de pais e mestres, conselhos escolares, reunião para entrega de boletins e avaliação do semestre (AMARO, 1997, p. 48).

A construção da cultura de paz pressupõe trabalhar para a transformação para uma sociedade democrática, mais justa, mais igual. O Serviço Social tem o compromisso de desenvolver ações em prol desses objetivos, mas o processo de construção de uma cultura para a paz, necessita de uma mobilização e organização coletiva.

A cultura de paz está associada aos ideais da democracia da participação e tomada de decisões coletivas. A paz não pode ser construída isoladamente. Todos queremos a paz e devemos construí-la através de princípios, como respeito, justiça e solidariedade, com comportamento e ações. Somente assim podemos construir a paz.

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Após analisarmos a expansão profissional do Serviço Social e a importância do mesmo nos espaços sócio – ocupacionais, para a construção de caminhos que venham a contribuir para que tenhamos uma sociedade mais justa, faz-se agora um breve resgate histórico da Política de Assistência Social no Brasil, que, depois de muitos anos voltada para um viés assistencialista, vem se constituir como uma política pública que objetiva a garantia de direitos sociais aos seus usuários. Destaca-se também a criação dos CRAS, unidades de proteção aos sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social.

3.1 A Política de Assistência Social no Brasil: um recorte a partir de 1988

As políticas sociais no Brasil surgem no contexto histórico de profundas características conservadoras, em que realizavam ações tidas como caridade e assistencialismo, pois não eram voltadas à garantia de direitos, eram uma estratégia para conter as reivindicações das massas, principalmente da classe trabalhadora.

A Constituição de 1988 trouxe no âmbito dos direitos à formulação e a regulamentação das políticas sociais por meio da proteção social formada pela Seguridade Social que articula as políticas de saúde, previdência e assistência. O assistente social trabalha com a efetivação das políticas sociais em favor da universalização dos serviços públicos de qualidade.

Para tanto, o Serviço Social possui um projeto ético-político profissional, enquanto projeto societário, que o norteia para o enfrentamento das estratégias do Estado que perpassam o cotidiano profissional, sendo assim, o maior desafio a ser enfrentado nesta área é o de romper com a tradição clientelista e assistencialista que está inserida no processo histórico da assistência social em virtude da sua gênese conservadora.

De acordo com Yasbek (2004), é preciso reafirmar o real propósito dessa política como Política Social Pública em favor da cobertura de necessidades sociais,

protagonismo e a emancipação dos sujeitos que usufruem da mesma.

Dessa maneira, também segundo CEFSS (2009), o assistente social tem o compromisso de propor e efetivar ações profissionais que acompanhem a expansão da política de assistência social e o comprometimento com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Para isso, deve se utilizar de estratégias que fortaleçam sua autonomia e competência profissional, a fim de efetuar intervenções com criticidade, autonomia, ética e comprometimento com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos.

As práticas assistenciais inicialmente existentes no Brasil eram caracterizadas como uma caridade filantrópica, restritas às ações da Igreja Católica e entidades privadas, sem qualquer interferência do Estado.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93 (LOAS), a assistência social é inserida no contexto da efetivação dos direitos sociais, assim como outras políticas sociais que surgem no Brasil, a mesma é definida como direito de cidadania, com o objetivo de garantir o acesso às necessidades básicas para a população em estado de vulnerabilidade social e exclusão social, assegurando os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência.

A assistência social é uma política social de direito do cidadão e dever do Estado. A política de assistência social se constitui atualmente como uma política de seguridade social ao lado da saúde e da previdência. Assim, trata-se de uma política pública social de proteção social integral, que consiste em aspectos subjetivos como o fortalecimento dos vínculos sócio-familiares e também o fornecimento de alimentos, vestuários, moradia, enfim, ao acesso aos direitos humanos, e deve ser pautada na universalidade da cobertura dos atendimentos.

Segundo Yasbek (2001), na contemporaneidade, todos os recursos que são previstos em políticas públicas sociais devem abranger todos os brasileiros, independentes da sua localização geográfica, social, política, étnica, etária, estrutura familiar. O que se entende com isto é que o indivíduo é visto na sua integralidade, o que demanda a conjunção dos recursos dessas políticas em prol do acesso e

usufruto dos direitos. Ainda no âmbito da Assistência Social, deve ser garantido o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas de 65 anos ou mais, desde que pertençam a famílias cuja renda mensal, por pessoa, seja inferior a um quarto do salário mínimo.

A assistência social inserida na seguridade caracteriza-se como uma política de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo, sendo que a assistência social no Brasil é hoje “dever do estado e um direito de quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social” (BRASIL, 1988, art. 203).

A política de assistência social no Brasil consolida-se como política pública resultante de avanços conquistados pela sociedade, onde se inicia o reconhecimento dos direitos do cidadão. A assistência social como política pública tem por objetivo a garantia de proteção a todos que dela necessitar, inclusive pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, estabelecendo ações no fortalecimento de vínculos sociais e familiares, possibilitando assim o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos.

3.2 A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o SUAS: Consolidação e materialização

Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei Federal nº 8.742/93), que regulamentou a assistência social de acordo com os princípios fixados pela Constituição Federal (1988), numa estrutura descentralizada e democrática para a implementação da Política Nacional de Assistência Social. Ressalta-se que a referida Lei foi alterada pela Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

Inegavelmente, a LOAS não apenas introduz novo significado para a Assistência Social, diferenciando-se do assistencialismo e situando-a como política de Seguridade voltada à extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados da população brasileira, mas também aponta a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da Assistência Social no país, sob a égide da democracia e da cidadania (YASBEK, 1993, p. 09).

Percebe-se a necessidade de avaliar também em nível municipal como esta política está sendo de fato executada e se está incluindo a população que realmente necessita do acesso aos programas e serviços.

A assistência social tem avançado significativamente como política pública de proteção social, cujo marco foi a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro de 2003, pois, através desta, foi deliberada a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), numa estrutura descentralizada, participativa e democrática, constituída por uma rede de serviços sócio assistenciais.

As ações da política pública de assistência social são instituídas por meio do SUAS, e este possibilita a materialização do conteúdo pertinente à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435/2011).

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), em seu art. 2º, a Assistência Social tem por objetivo assegurar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, promover amparo a crianças e adolescentes em abandono e a integração ao mercado de trabalho. Visa possibilitar ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais, promovendo, assim, sua integração à vida comunitária, e garantir um salário mínimo de benefício mensal à portadores de deficiência e idosos que não têm como promover seu próprio sustento ou de tê-lo promovido por sua família - o então denominado Benefício de Prestação Contínua (BPC) - que objetiva também a divulgação das políticas que garantam a concretização da proteção social dos indivíduos.

Portanto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em conformidade com a LOAS, propõe a universalização dos direitos sociais a fim de que todas as políticas públicas sejam alcançadas por todos e com igualdade de direitos, através dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social

para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam, observando-se os princípios que regem a assistência social no âmbito brasileiro, conforme preceitua o artigo 4º da LOAS (1993).

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

No entanto, a Política Nacional de Assistência Social deve estar pautada principalmente nas necessidades das famílias e de seus membros.

A centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da Política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. (PNAS, 2004, p. 14).

De acordo com o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a assistência social passa a ser organizada em níveis, os quais estabelecem um conjunto de ações, serviços, estruturas e profissionais que fazem a assistência social ampliar-se. Então, nos três níveis da assistência social, os serviços destinados ao segmento do idoso são: 1) na proteção social básica – Centro de Convivência para Idosos; 2) na proteção social especial de média complexidade – serviços correferenciados no CREAS – pessoas em situação de violência, pessoas em situação de rua, indivíduos e famílias com direitos violados; 3) proteção social especial de alta complexidade – acolhimento Institucional; internação provisória.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da

sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, Art. 1º).

O programa de Proteção Social Básica, assim como outros inseridos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estão vinculados ao Centro de Referência e Assistência Social – CRAS.

3.3 A Criação dos Centros de Referencias e Assistência Social: para consolidar serviços de proteção social básica

A partir dos anos de 2004 e 2005, com a Consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), começam a ser implantadas, nos municípios de todo o Brasil, as unidades que visam disseminar os objetivos do SUAS. O CRAS constitui-se em uma dessas unidades.

Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. O CRAS é considerado “a porta de entrada” do SUAS, pois é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social da assistência social. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009). 'O Cras deve prestar serviço, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições efetivas e torná-las sujeito de sua própria vida'. (BRAGA, 2011, p. 148).

A Política Nacional de Assistência Social (2004) prevê a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como uma política de proteção social que, junto com outras políticas, busquem a garantia dos direitos e condições dignas de vida para a população.

A proteção social busca a prevenção e a redução de impactos das transformações sociais e naturais na vida dos usuários. Ela está dividida em proteção social básica e proteção social especial. O CRAS é unidade integrante da proteção social básica.

De acordo com as Orientações Técnicas do CRAS (2009), este tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Prioriza o atendimento dos beneficiários de programas Federais e Estaduais, famílias com renda *per capita* menor que meio salário mínimo, crianças, adolescentes e idosos que estejam em situações de risco, buscando, com isso, superar as vulnerabilidades locais.

Além disso, o CRAS tem como função principal ofertar o Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF, que é o principal serviço da proteção social básica.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p. 31).

O Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), é um programa de suma importância, pois o mesmo serve de base para diversos outros programas que visam à garantia de direitos da população e buscar através de suas atividades o fortalecimento dos vínculos familiares.

Sobre a localização, o CRAS deve localizar-se em territórios onde se concentram o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, devendo também ser um local de fácil acesso à população e que também contribua para o deslocamento de sua equipe quando for necessário.

O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF e, dessa forma, deve dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas por este Serviço. [...] O imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários. [...] O CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p. 48).

Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (2009), esses espaços devem oferecer serviços de forma planejada, com prévio conhecimento do território e das famílias que lá vivem, observando suas necessidades e potencialidade e também as ofertas já existentes ao seu redor.

Mas, mesmo assim, muitos dos CRAS são implantados em locais sem esse prévio conhecimento, o que acaba atrapalhando o trabalho da instituição.

Muitas vezes, o CRAS não é implantado observando os diagnósticos nem os princípios da lógica do território ou mesmo indicadores sociais; muitas vezes eles são implantados aproveitando estruturas já existentes. Nesse caso, a precariedade vai se desdobrar nas condições de trabalho e no atendimento aos/às usuários/as. (BRAGA, 2011, p. 148).

Sendo assim, para melhor atender a população do município de Dona Francisca, foi implantado o CRAS, sendo este uma necessidade urgente nas demandas existentes neste município.

4 O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CRAS EM DONA FRANCISCA/RS

Neste último capítulo, será apresentado o Serviço Social, ou seja, sua implantação no município de Dona Francisca/RS, assim como o trabalho do assistente social no CRAS deste município.

Apresenta-se também a experiência obtida ao longo da realização do estágio supervisionado, ocorrido nesse espaço sócio-ocupacional, assim como a operacionalização do projeto de intervenção, desenvolvido no CRAS, apresentando suas possibilidades e limites encontrados durante o processo de estágio, que, ao mesmo tempo em que se tornam desafios, tornam o profissional assistente social mais crítico, propositivo e inovador na busca de alternativas e estratégias frente às demandas apresentadas.

4.1 – A Implantação do Serviço Social em Dona Francisca.

O município de Dona Francisca, por ser de Pequeno Porte, conta com uma unidade do CRAS para atender até 3.000 famílias referenciadas. Este centro está implantado junto à Secretaria de Assistência Social do município desde maio de 2009 e situado no centro do município. Essa localização é considerada adequada e de fácil acesso, devido à oferta de mecanismos sociais (estabelecimentos comerciais, farmácias, unidade de saúde, rodoviária, banco entre outros).

O Serviço Social foi implantado no Município de Dona Francisca através da Prefeitura Municipal em Maio de 2010, por meio do contrato de uma Assistente Social. Em Agosto deste mesmo ano, foi realizado um concurso público que efetivou o profissional de Serviço Social no município, o qual conta hoje com os serviços de uma assistente social apenas, para atender todas as demandas da população.

Mesmo sendo um município pequeno, são várias as demandas e expressões da questão social que chegam até a Assistente Social que realiza diversos tipos de

trabalhos, dentre estes, os mais essenciais: visita domiciliar⁴ (recepção), Estudo Social, entrevistas, acolhida, escuta, orientação para o acesso à documentação pessoal (certidão de casamento nascimento, carteira de trabalho, etc.), atividades de convívio grupal, social e familiar, orientações e encaminhamentos para rede de serviços locais, elaboração de laudos, pareceres, relatórios, prontuários, encaminhamentos para a concepção de benefícios e articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Fórum, Polícia Civil, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e outros).

A instituição conta com o trabalho multiprofissional de assistente social, psicóloga, fisioterapeuta, professor de educação física e outros profissionais que trabalham na instituição realizando oficinas como:

- * Aulas de violão e Capoeira;
- * Grupo de atividades com os idosos (Grupo "Corpo e Mente");
- * Atividades grupais com as crianças atendidas pela psicóloga;
- * Artesanato (confeções de enfeites natalinos, pinturas em madeira, latas, tecidos, etc.).

O perfil da população usuária dos serviços ofertados, no geral, são de pessoas de poucos recursos financeiros, com problemas psicológicos, desempregados em situação de vulnerabilidade e risco social. As principais demandas e expressões da questão social que chegam até a unidade do CRAS são denúncias de maus tratos contra idosos e crianças, problemas relacionados ao alcoolismo e também questionamentos sobre os programas sociais de governo (bolsa família) e violência escolar.

Os objetivos e funções do trabalho da Assistente Social, no CRAS, são os seguintes:

- Promover o acesso à rede de políticas públicas;
- Reduzir a violação dos direitos sócio-assistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Romper o ciclo da violência, doméstica e familiar;
- Incluir os indivíduos e familiares em serviços e acesso a oportunidades;

⁴Visita Domiciliar é um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. As visitas domiciliares “tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete”. (MIOTO, 2001, p. 148).

- Acolher e garantir proteção integral;
- Possibilitar a convivência comunitária, entre outros.

O Centro de Referência e Assistência Social possui um grande potencial, tanto em estrutura física quanto em recursos humanos e financeiros. Realiza vários trabalhos socioassistenciais essenciais à população usuária, contando com uma rede de serviços sempre bem organizada.

Por todos esses pontos positivos da unidade, e por fazer parte de um município de pequeno porte, analisa-se possibilidades de realização de projetos e programas voltados para a educação e formação profissional. Entende-se que o município tem potencial para realização de mais projetos de capacitação profissional voltados para a área da tecnologia, por exemplo, que é o que vem se destacando cada vez mais na sociedade capitalista na qual estamos inseridos. Logo, um desses projetos poderia ser de cursos profissionalizantes de informática, uma vez que anexo ao CRAS encontra-se um Telecentro disponível para o uso da população. Os computadores desse Telecentro podem servir para esse projeto, bastando para isso a contratação de um profissional capacitado para desenvolver este tipo de trabalho e transformar aquele local em uma escola profissionalizante.

Esses cursos oportunizariam mais chances de emprego, inclusive para os jovens, que sofrem mais com a falta de oportunidade de trabalho. Através de uma capacitação mais específica, estariam prontos para o mercado de trabalho, já que no município não há muitas ofertas de emprego.

As pessoas que não trabalham na área agrícola ou no serviço público municipal necessitam ir para outros municípios em busca de emprego, e essa formação seria uma base para tal conquista.

O objetivo do CRAS é a oferta pública de trabalho social com famílias do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e de gestão territorial da rede sócio-assistencial de proteção social básica com a finalidade de atender às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

A vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se

movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social (ABRAMOVAY; CASTRO; PINHEIRO, 2002, p. 22).

A Rede de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação de vulnerabilidade apresentada. Também são considerados serviços de prestação básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivências, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Os referidos serviços são: Ações socioassistenciais para crianças e adolescentes; Pró-Jovem Adolescente; Orientação e Apoio Sócio-Familiar – OASF e Grupos de Convivência (Política Nacional de Assistência Social, 2004).

Os projetos e programas são executados e co-financiados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, definida as competências de cada instância. Caberá à equipe prestar informações, orientações e inserir as famílias em situação de vulnerabilidade social nos serviços de assistência social, bem como orientar e organizar a rede socioassistencial de proteção social básica, sendo que o município não possui entidades assistenciais que prestam serviços contínuos e periódicos.

4.2 O CRAS e a atuação do assistente social: processo de trabalho, demandas e ofertas.

O CRAS oferece os seguintes serviços: Programa Primeira Infância Melhor (PIM); Ações Soco assistenciais à Criança e ao Adolescente; Pró-Jovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Programa Atendimento Integral à Família – PAIF; Benefício Eventual; Grupo de Convivência; entre outros, os quais serão apresentados a seguir:

Programa Primeira Infância Melhor - o programa implantado no município e executado pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social juntamente com

a Secretaria Municipal de Educação. É realizado em comunidades que se encontram em vulnerabilidade social e tem o objetivo de orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças desde a gestação até os 6 anos de idade.

Pró-Jovem Adolescente – Serviço Socioeducativo: o programa implantado e executado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social está sendo realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo destinado aos jovens de 15 a 17 anos de idade que se encontram em vulnerabilidade social e risco social. O Pró-Jovem Adolescente articula três eixos estruturantes em seu traçado metodológico: Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho e seis temas transversais relacionados à juventude: Direitos humanos e socioassistenciais, Trabalho, Cultura, Meio ambiente, Saúde e Esporte e Lazer. Tem por objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção, e permanência do jovem no sistema educacional.

Programa Atendimento Integral à Família – PAIF: o referido projeto foi implantado no município e executado no CRAS pela equipe técnica, composta por assistente social e psicológico. Esse projeto visa oportunizar o fortalecimento, crescimento e capacitação das famílias para uma atuação autônoma na sociedade. Com o objetivo de contribuir para a prevenção e o enfraquecimento de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecerem os vínculos familiares e comunitários e promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.

Benefício Eventual: o referido programa deverá continuar sendo oferecido na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social. Constitui-se em um serviço de atendimento social às famílias em situação de vulnerabilidade social e, em caso de emergência, buscando auxílio material ou em espécie de orientação com o objetivo de possibilitar a satisfação de necessidades básicas em caráter emergencial.

Grupo de Convivência: o referido programa deve continuar sendo oferecido nas comunidades que possuem idosos. Serão desenvolvidas as seguintes ações:

encontros semanais com grupos de convivência, atividades grupais de socialização oportunizando atividades físicas, laborais, recreativas e culturais, bem como questões sociais pertinentes ao cotidiano, desenvolvimento de ações de apoio e orientação aos idosos para promover o resgate da autoestima e o fortalecimento dos vínculos familiares, com o objetivo de oferecer melhor qualidade de vida aos idosos em situação de vulnerabilidade social.

Os recursos materiais do município são de boas condições. A prefeitura municipal possui uma secretaria com banheiros com acessibilidades, com salas amplas e todos os materiais necessários para um bom funcionamento, como computadores, telefones etc. o CRAS também tem boas condições de funcionamento, possui salas para os cinco profissionais que trabalham no local e uma sala ampla para oficinas. Todas as salas possuem telefones e computadores com acesso à Internet, possibilitando aos profissionais boas condições de trabalho.

O assistente social que trabalha no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) é desafiado diariamente a realizar uma interpretação crítica do seu ambiente de trabalho, estabelecendo estratégias viáveis para realização do seu processo de trabalho, atribuindo um tratamento teórico-metodológico e ético político diferenciado. No entanto, não restringe somente ao atendimento individual. Portanto, o assistente social realiza visitas domiciliares, visitas institucionais e estudos sociais para conhecer melhor as condições de vida de seus usuários.

O profissional de Serviço Social do CRAS de Dona Francisca se depara diariamente com as mais diversas expressões da questão social (objeto de trabalho do assistente social). Por isso precisa estar sempre embasado pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão, tendo como embasamento de seu trabalho também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal, O Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O trabalho do assistente social deve ser de mediação e articulação no processo entre usuário e as políticas públicas, visando sempre à proteção e acesso aos direitos.

O profissional de serviço social pode exercer suas atividades em diversos espaços sócio-ocupacionais, entidades públicas, privadas, ONGS, nas áreas de ensino e pesquisa, escolas entre tantos outros. Porém, é preciso ser comprometido,

responsável, ter um conhecimento do espaço no qual está inserido, para realizar um trabalho de transformação da realidade apresentada.

4.3 Relato da experiência: cultura de Paz na escola através da atuação do CRAs

A experiência obtida no processo de estágio foi, sem dúvida, um momento marcante para a formação profissional da estagiária. Este é um momento no qual se dá a relação da teoria com a prática, onde se conhece a realidade e aproxima-se dos sujeitos, compreendendo o contexto no qual estão inseridos buscando compreender as manifestações da questão social na sua totalidade, ou seja, no cotidiano dos usuários que procuram soluções através do processo de trabalho do assistente social.

O campo de estágio proporcionou uma relação de aproximação com a realidade dos usuários do município.

Durante o período de estágio, foram realizadas várias atividades como:

- Visitas domiciliares: são realizadas com frequência a fim de realizar estudos sociais, relatórios;
- Grupo Operativo com adolescentes, no qual ocorreram oficinas de artesanato, passeios, brincadeiras recreativas, diálogo, entre outras;
- Programa Bolsa Família: são realizados muitos cadastros, verificações, atualizações e informações sobre o Programa, onde atualmente a maior demanda de atendimentos é neste setor;
- Plantão Social: ocorre o fornecimento de alimentos, passagem etc. seguindo normas estabelecidas pela Instituição, além das visitas, a pessoa deve estar inserida e participando em algum programa ou projetos sociais;
- Acompanhamento de questões sociais, onde o Serviço Social, Psicologia, Conselho Tutelar e Equipe de Saúde trabalham em rede, fazendo medições.

Todo o estágio exigiu responsabilidade, assiduidade, também um olhar crítico e criatividade. Algumas vezes foi necessário colaborar com o trabalho da supervisora ou da equipe do CRAS, fazendo algumas sugestões.

É necessário sempre ter postura profissional e ética, manter sigilo em tudo que acontece no local do estágio e também nos casos dos usuários do CRAS do município de Dona Francisca, onde foi realizado o estágio.

Durante o acompanhamento de alguns casos, a estagiária se deparou com uma mistura de sentimentos, muitas vezes teve que segurar a emoção, um desafio, já que se considera uma pessoa emotiva, muitas vezes sentiu-se impotente e desanimada diante das dificuldades.

Percebe-se o quão desafiadora é a profissão de assistente social. Muitas vezes, ao nos inserirmos nesta área, precisamos nos despir de alguns valores, ideias, senso comum, visão de mundo, entre outros fatores condicionantes.

O campo de estágio proporciona uma preparação e um fortalecimento da identidade profissional a qual desejamos construir.

Necessita-se de uma escuta e um olhar sensível (desocultamento do real), pois o processo de trabalho do assistente social às vezes pode ser a transformação de uma vida ou família (ex: guarda de menores, adoção, retirada de crianças ou idosos de família, etc.), dois destes casos foram acompanhados durante o estágio.

Durante o tempo de estágio, foi construída uma relação de respeito mútuo e de amizade entre a estagiária e sua supervisora de campo, o que possibilitou uma situação de conforto e segurança. Através do processo de observação e posteriormente proposição de atividades de apoio e a participação no trabalho da supervisora de campo.

Entende-se que algumas atribuições profissionais são específicas do Serviço Social, entre tais, a elaboração de documentos, como: perícia, relatórios, laudos, parecer social e estudo social, que se dá através dos instrumentos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos.

Acerca destes documentos, destaca-se:

Estudo Social:

* Processo metodológico de especificidade do assistente social, "que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional" (CFESS, 2005, p. 42).

* Parecer Social é definido como: "a opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médico-pericial". (CFESS, 2005, p. 57).

Para a elaboração desses documentos, o profissional necessita do uso de outros instrumentos, como visita domiciliar, entrevistas, observação e escuta sensível. Sendo assim, ao realizar esses processos de trabalho, o assistente social deve estar preparado para analisar a realidade que lhe é imposta deve despir-se do seu senso comum e ter um olhar ampliado e crítico além de uma postura ética, pois cada caso tem sua especificidade.

Durante o processo de estágio e acompanhamento de algumas visitas domiciliares, constatou-se que chegavam até a unidade do CRAS demandas específicas, dentre as quais, a violência escolar foi tida como foco principal pela estagiária, tendo em vista que o CRAS deve promover ações voltadas à garantia de direitos e à socialização de crianças e adolescentes, assim como dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Buscou-se, então, atender a tal demanda através da execução do projeto de intervenção, intitulado "Cultura de Paz", elaborado no estágio I pela estagiária, que trouxe em seu objetivo geral fomentar a cultura de paz nas escolas do município de Dona Francisca.

O Serviço Social foi levado até as escolas por meio do projeto de intervenção operacionalizado no estágio, e é uma grande preocupação a violência na escola, sendo ela de vários tipos: físicos e psicológicos (bullying), ocorrendo entre alunos e até entre professores com alunos e colegas. É bastante visível e assustadora essa demanda, bem como a falta de atitudes para diminuir ou combater essas expressões de questão social explícitas no nosso dia a dia.

Uma vez estando presente na sociedade, a violência também acontece no interior das escolas; mesmo que de forma velada, atitudes de violência são percebidas nestes ambientes. Portanto, fazer um estudo acerca da violência nas escolas para saber o índice de incidências que estão ocorrendo se faz mais necessário para o momento. A escola precisa despertar para a situação, pois esta se agrava a cada dia e há que se sugerirem momentos de reflexão sobre o assunto. A violência física, psíquica, moral, enfim, a violência precisa ser pensada, debatida e combatida nas escolas.

Por este motivo foi realizado o projeto “Cultura da Paz” nas escolas. Entretanto, é preciso um incentivo maior, capacitação e informação, conhecimentos para que essa realidade possa se transformar pouco a pouco e se obtenham impactos sociais positivos tanto para os usuários, quanto para a instituição e a sociedade.

O projeto também teve como um dos seus objetivos específicos apresentar o Serviço Social à comunidade escolar no município de Dona Francisca, assim como construir possibilidades de enfrentamento para essa demanda, pois muitos profissionais da educação ainda não conheciam a profissão e a importância do Serviço Social na Educação.

A maioria da população franciscana ainda tem uma visão distorcida da profissão, tendo o Serviço Social como característica assistencialista voltada à caridade.

O projeto de Intervenção teve seu desenvolvimento em duas etapas. A primeira etapa foi visitar as escolas para expor o projeto e seus objetivos à direção e alunos. A segunda etapa foi a elaboração de convites, os quais foram distribuídos para que os alunos levassem para casa, a partir disso, foi desenvolvida a seguinte metodologia:

- Introduzir o tema violência nas escolas – bullying, através de método bibliográfico de investigação, encontrar na literatura existente definições para o fenômeno bullying. Foram utilizados artigos impressos, publicações da internet, a cartilha do Conselho Nacional de Justiça e um questionário (usado na entrevista).
- Proporcionar a discussão e reflexão através do vídeo intitulado “O que é bullying / bullying nas escolas” de autoria de Jaqueline Santana (duração de 4 min. e 49 seg.).
- A entrevista com os alunos interessados no projeto, foi realizada na escola Maria Ilha Baisch com trinta alunos; sendo 19 meninas e 11 meninos. Destes, vinte relataram terem sido vítimas de violência escolar, física e psicológica. Um dos alunos disse nunca ter sofrido bullying e um disse já ter praticado bullying com os colegas.

Entre os agredidos, a grande maioria relata que as agressões foram na escola, há anos. Outros ainda sofrem violência. A violência mais sofrida por parte dos

entrevistados é a psicológica. Alguns disseram que a culpa é de quem agride, outros falaram ser dos pais agressores.

Os alunos relataram vários tipos de sentimentos como consequência das agressões sofridas, como o medo, a falta de vontade de estudar, a tristeza, o sentimento de inferioridade, a raiva, entre outros.

- Após a entrevista, os alunos interessados foram atendidos no CRAS, uma vez por semana, onde foram realizadas dinâmicas de grupo, com o objetivo de proporcionar ações voltadas para uma cultura de paz entre os escolares do município.

As atividades do projeto aconteceram em encontros semanais, onde os alunos inseridos no mesmo puderam realizar reflexões propositivas acerca de seus direitos e deveres, contribuindo de maneira positiva no cotidiano dos mesmos. Dessa maneira, os grupos são caracterizados como:

[...] grupos que têm como base e objetivo refletir, indagar, sobre o que está acontecendo como grupo naquele momento ou naquela circunstância. Podendo refletir sobre as “tensões” que acontecem, pode credenciar-se a promover as mudanças necessárias a fim de que possa trabalhar em conjunto e tentar encontrar suas próprias soluções. Pela aplicação que encontra no terreno do ensino/aprendizado dos grupos profissionais e institucionais, vemos que pode ser de extrema valia. É um instrumento privilegiado para operar nessas circunstâncias (CORONEL, apud ZIMERMAN, 1997, p. 346).

De acordo com o autor, acredita-se que as atividades grupais com os alunos facilitaram a relação da estagiária com os mesmos. Uma relação de confiança e amizade torna-se importante em ações que possibilitem aos adolescentes refletir sobre o próprio desenvolvimento e formação, tornando-os protagonistas de ações para a construção de paz no âmbito escolar no qual estão inseridos.

Os encontros foram realizados no CRAS devido à indisponibilidade de espaço nas escolas. As atividades foram executadas de diversas formas: vídeos, filmes, palestras, músicas, entre outros, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos relacionais na escola.

No primeiro encontro, foi passado um vídeo para os alunos sobre os tipos de violência – bullying e suas consequências. Após o filme foi feito um momento de reflexão com eles, dando oportunidade para se posicionarem quanto ao tema desenvolvido no filme. Alguns alunos ficaram bastante apreensivos ao assistirem ao vídeo, após, relataram que não entendiam as "brincadeiras de mau gosto" como

violência contra os colegas e que desconheciam as sérias consequências dos seus atos. Alguns optaram por não se manifestarem a respeito do tema.

Na semana seguinte, apresentou-se aos alunos a ideia de se fazer uma peça teatral e paródia. Logo após uma ampla discussão, a maioria dos alunos optou por usar a música “Tudo que Você Quiser”, do cantor Luan Santana, para transformar a letra em uma mensagem de paz. Nesta atividade, contamos com a parceria do professor do projeto “União Faz a Vida” (que já está implantado no município há dois anos). O mesmo dá aulas de violão no CRAS. Esta atividade foi pensada com o objetivo de trabalhar a criatividade dos adolescentes.

A seguir, no próximo encontro realizou-se a elaboração da paródia, um momento de descontração para todos os envolvidos, pois enquanto criavam e traziam suas ideias, o professor de música tocava violão e todos cantavam, até os mais tímidos participaram da atividade.

Dando continuidade, a atividade realizada no próximo encontro seria uma seção de cinema para a qual foram convidados os pais ou familiares responsáveis pelos alunos, explica-se que seria porque os pais não compareceram.

Os alunos assistiram ao filme juntamente com a estagiária e o professor de música. O filme exibido (com direito à pipoca e refrigerante) foi “Mãos Talentosas” – A História de Ben Carson”⁵.

O filme nos trouxe uma mensagem de persistência e de que devemos batalhar por aquilo que almejamos, apesar das dificuldades enfrentadas.

A atividade realizada no encontro seguinte foi uma palestra com a psicóloga do CRAS. A palestra teve como objetivo a conscientização dos danos causados pela violência e o incentivo a ações que cultivem a paz e o desenvolvimento escolar, também uma relação de amizade e convivência, apesar das diferenças existentes.

⁵O filme trata da história de Ben Carson, considerado o melhor médico neurocirurgião do mundo e sua trajetória de vida até que chegasse a ser reconhecido como tal.

Na infância, Ben era um garoto que estava tendo dificuldades nos estudos. Quando sua mãe é chamada à escola por um desentendimento de Ben com outro aluno, o diretor mostra a ela o boletim de seu filho. A mãe se vê preocupada com o baixo rendimento do filho. Tenta descobrir o que o atrapalha. Ela descobre que Ben, além de sofrer discriminação, também precisa de óculos para leitura.

Através de incentivo, Ben descobre seu potencial, começa melhorar e ser reconhecido na escola. Cresce e entra em umas das faculdades mais prestigiadas dos Estados Unidos e depois vai para um hospital onde passa a ser reconhecido como o melhor neurocirurgião do mundo.

Ben nos mostra o que o apoio e a força de vontade podem fazer. Mesmo sendo discriminado várias vezes e enfrentando dificuldades e preconceito em sua vida, ele, através do apoio de sua mãe, acredita em seu potencial e corre atrás do seu sonho.

Percebeu-se que alguns adolescentes tiveram dificuldade em se concentrar durante a palestra, pareciam inquietos ou incomodados. Após o término desta atividade, alguns se manifestaram dizendo que preferiam a música e filmes.

No último encontro, houve uma conversa com os alunos sobre as atividades desenvolvidas, onde cada um colocou sua opinião a respeito do tema desenvolvido. A maioria avaliou positivamente as atividades. Alguns se posicionaram a favor de que o projeto tivesse continuidade. A acadêmica explicou que tal projeto tinha um prazo estabelecido pelo processo de estágio, mas não descartou a possibilidade de futuramente dar continuidade às atividades. Neste encontro realizou-se uma confraternização, cada um contribuiu com um prato de doces ou salgados e após realizou-se uma dinâmica de encerramento, na qual se interpretou a música *Depende de Nós*, de Ivan Lins.

Concluiu-se o projeto de intervenção considerando que o conhecimento obtido através da intervenção foi muito significativo, possibilitando à acadêmica uma reflexão acerca do que tentou passar para os alunos, assim como o muito que apreendeu com os mesmos. Expressa também o desejo de poder contribuir futuramente para a formação de mais crianças e adolescentes através de projetos como esse, que foi, sem dúvida, uma oportunidade de crescimento mútuo.

Acredita-se que o projeto tenha contribuído de alguma forma para a formação dos alunos, sendo que este é um processo de construção pessoal que não se dá de forma imediata, mas que se constrói gradativamente moldando a formação e o caráter dos sujeitos.

Observou-se a necessidade do profissional do Serviço Social, atuando na escola, realizando um trabalho de mediação na relação escola-família, já que as famílias não participam ativamente das atividades elaboradas pela escola e nem dos projetos sociais que envolvem seus filhos.

Através do projeto *Cultura de Paz*, foram adquiridos recursos financeiros para compra dos violões utilizados nas aulas de violão realizadas no CRAS. O projeto foi apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social do município e aprovado pelo mesmo, o que possibilitou a conquista do recurso. Considera-se um produto positivo obtido para o município através do projeto de intervenção da estagiária, pois as aulas de violão darão seguimento para que os alunos da mesma construam, através da música, uma *Cultura de Paz*.

O CRAS é responsável pelo projeto de capoeira, que também vem ao encontro dessa construção, sendo que os alunos inseridos nesses projetos ocupam seu tempo e suas potencialidades em atividades que contribuem para o desenvolvimento dos mesmos, já que essas atividades exigem disciplina, interesse e envolvem também expressão corporal, possibilitando que os alunos usem suas capacidades físicas e psicológicas de forma positiva, fomentando assim a Cultura de Paz no município.

Segundo Buriolla (2001), o estágio é considerado como um espaço de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de satisfações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação, pois é essencial ao desenvolvimento do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista elaborar novos conhecimentos.

O presente trabalho foi elaborado com base nas atividades realizadas no período do estágio na Secretaria de Assistência Social e Habitação/CRAS, onde apresentou a experiência obtida e a demanda de usuários que dela necessitam, sendo usuários em situação de vulnerabilidade social, visando à melhoria de vida da população menos favorecida, garantindo o direito às necessidades básicas, promovendo a universalização dos direitos sociais.

Portanto, o estágio tem uma importância significativa no ensino e aprendizagem profissional, pois esse envolvimento, em situações reais vividas, visa primordialmente à integração do saber com o fazer. Essa visão atribui ao estágio um caráter reflexivo, o qual coloca o acadêmico frente às constantes do dia a dia do profissional, para que ele possa, a partir do conhecimento adquirido, compreender bem o contexto da profissão que irá exercer.

A prática do Assistente Social tem inúmeros limites e obstáculos para um agir comprometido com os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional. No entanto, também traz possibilidades para uma prática inovadora e diferenciada daquela tradicionalmente instituída no âmbito institucional. Iamamoto, ao analisar tal questão afirma que:

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

O Serviço Social é uma profissão desafiadora, pois exige do profissional criatividade para propor ações que possibilitem uma mediação e possível transformação no ambiente no qual está inserindo.

O Assistente Social, enquanto profissional inserido dentro de um contexto, vê-se diante de muitas demandas que não consegue atender de forma efetiva a todas as situações emergentes, o que provoca grandes fragmentos nas suas ações.

Sua atuação acontece nas relações entre os indivíduos e sua vida social econômica, identificando as situações de vulnerabilidade da pessoa, família, idosos, crianças e adolescentes, estruturando seu trabalho para o enfrentamento das manifestações da questão social. Levando em consideração os dados referentes à vida socioeconômica do município, constantes no Plano Municipal de Assistência Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS atende todos aqueles que dela necessita, seja na área urbana ou rural.

Além do planejamento interno feito pelo CRAS (Centro de Referência e Assistência Social / União e Fortalecimento Familiar) como: reuniões, levantamento de dados, desenvolvimento de projetos, são realizadas também atendimentos aos usuários prioritários e em maior número, tais como: usuários que procuram informações, orientações e auxílios para medicamentos, exames, alimentações e moradia, também usuários em busca de informações sobre programas Estaduais ou Federais, para os quais necessitam de providências imediatas ou encaminhamentos.

A unidade do CRAS é o lugar da convergência de diferentes ações e não se limita a um programa apenas, é o órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, desenvolvendo programas, projetos e serviços socioassistenciais destinados aos segmentos populacionais destinatário da Assistência Social. Devido justamente a isso, trabalha na universalização dos direitos e da educação das desigualdades sociais no universo da família e da sociedade.

O estágio em Serviço Social, realizado no CRAS de Dona Francisca, instituição responsável pelo apoio, orientação e acompanhamentos das famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, proporcionou uma experiência muito rica para a formação profissional da estagiária.

No entanto, foram encontradas algumas dificuldades durante esse processo, no caso do projeto, não foi possível realizá-lo totalmente como estava previsto, pois houve uma resistência por parte de alguns alunos e principalmente pelos responsáveis pelas escolas. Os mesmos que traziam a questão da violência como uma urgência não contribuíram muito para a realização do projeto de intervenção dentro da escola, as famílias não participaram das atividades que envolveram a vida escolar dos seus filhos.

A atividade de peça teatral não pôde ser realizada devido ao número de alunos ser menor do que o esperado.

Durante o acompanhamento de alguns casos, a acadêmica enfrentou preconceito e resistência por parte de alguns usuários, mas mesmo assim concluiu-se o processo de estágio com uma enorme satisfação, observando que as dificuldades enfrentadas servem como fortalecimento para a formação de identidade profissional que se deseja obter.

O profissional deve ser propositivo, criativo e transformador, mas nunca salvacionista, pois encontramos na vida profissional limites, que não podemos ultrapassar.

CONCLUSÃO:

Este trabalho trouxe propostas de demonstrar a importância do Serviço Social na educação, analisando os processos de trabalho do assistente social, o qual pode construir estratégias e ações visando uma prática inclusiva e de qualidade na permanência à educação a todos, sem preconceito, discriminação ou ações violentas de qualquer tipo.

Contextualizou-se neste estudo a questão da violência escolar, uma manifestação da questão social na escola que afeta física e psicologicamente crianças e adolescentes, comprometendo assim o desenvolvimento psicossocial dos mesmos.

Considerou-se também a possibilidade da construção de uma cultura de paz como uma estratégia na diminuição da violência escolar, a articulação da categoria mediação do processo de trabalho no assistente social buscando inserir a família na comunidade escolar para fortalecer o vínculo entre família / escola.

A partir das demandas apresentadas, o estudo trouxe a análise da Política de Assistência Social como política pública de garantia dos direitos e proteção.

Apresentou-se também o processo de constituição das unidades dos Centros de Referência e Assistência Social e o trabalho do assistente social nos mesmos, trazendo as ofertas e serviços de proteção ofertados pelos CRAS, incluindo os serviços protetivos realizados no município de Dona Francisca.

Relatou-se também a experiência obtida no espaço socio-ocupacional, onde foi realizado o projeto de intervenção. Portanto, no que se refere à prática interventiva, acredita-se ter sido de grande relevância a operacionalização do projeto de intervenção, que possibilitou à acadêmica um momento ímpar na construção da formação profissional da mesma.

Ao concluir este trabalho, constatou-se que a interação com a realidade é extremamente enriquecedora, assim como vivenciar a rotina cotidiana no espaço de estágio. A realização das atividades realizadas com um grupo de alunos foi uma experiência que ampliou o significado da atuação do assistente social, complementou a formação acadêmica e conferiu subsídios para um bom desenvolvimento do processo de trabalho. Diante de todo contexto que permeia a nossa atuação profissional, esta vivência mostrou a importância da formação

continuada e do constante aprimoramento dos conhecimentos da área, das necessidades sociais e da própria prática. O campo de atuação que hoje representa um avanço alcançado na política da Assistência Social configurou-se assim, um momento de aprendizagem significativa e necessária na formação do profissional que atua no serviço social.

A experiência obtida através do projeto foi direcionada para uma capacitação reflexiva e analítica acerca da prática, possibilitando desvelar os aspectos imediatos do agir profissional, contribuindo assim para uma qualificação coerente com os pressupostos da profissão e conciliada com as exigências dos novos tempos.

Observou-se também o significado do estágio supervisionado em Serviço Social, que é construção da identidade profissional do acadêmico, onde exerce um papel fundamental no processo de formação profissional do mesmo, pois lhe proporciona o contato direto com o processo de trabalho do assistente social, e conseqüentemente com a natureza interventiva do serviço social, e permite assim a apropriação da profissão.

Conclui-se que o assistente social compondo a equipe que atua na escola, não é um detentor do saber e fazer profissional, nem tampouco substitui o profissional de outra competência, mas intervém de maneira articulada com os demais profissionais, compartilhando saberes e construindo novos. Atuando na educação, o assistente social assume um perfil que o possibilita contribuir na preparação do sujeito para seu autoconhecimento, tornando-o mais consciente e autônomo sobre seu desenvolvimento pessoal e social.

O profissional do serviço social apresenta uma bagagem documental informativa que lhe atribui a função de contribuir para a formação dos sujeitos e conseqüentemente criar estratégias para o enfrentamento da violência escolar, um problema que atinge vários países e tem crescido consideravelmente. A partir disso, percebeu-se a importância da operacionalização do projeto de intervenção, o qual buscou fomentar a cultura de paz na escola, onde a acadêmica interagiu diretamente com os alunos, construindo valores e conhecimentos que contribuirão para o futuro dos mesmos.

Considera-se que a execução do processo de trabalho operacionalizado e materializado no projeto de intervenção foi de suma importância para formação profissional, no entanto, é na perspectiva de visualizar novos espaços de atuação e vencer os desafios impostos que o profissional assistente social deve construir

alternativas e ações que visem um campo ampliado de inserção profissional, onde o Serviço Social crítico, propositivo e inovador, possa atender às demandas ofertadas pela sociedade na qual estamos inseridos e contribuir para a ampliação da rede de proteção social e a consolidação da garantia de direitos aos usuários, possibilitando aos mesmos autonomia como sujeitos.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Martins fontes, 2007.
- ABRAMOVAY, Mirian et al. **Escolas de Paz**. Brasília: Unesco, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretária de Educação; Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M.G; PINHEIRO, L.C; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.
- AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: base para o trabalho profissional**. 2012. Editora UFSC. Florianópolis, SC, 2011.
- AMARO, Sarita – Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sangra Luzzatto, 1997;
- BURIOLLA. Marta A. F. **O Estágio Supervisionado**. 3 ed. São Paulo. Cortez, 2001.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social, 2009.
- BONETI, Lindomar Weber; PRIOTTO, Elis Palma. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**. V. 9, n. 26, p. 161-179, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.
- BRAGA, Lea Lúcia Cecílio. O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS**. Brasília: 2011. P. 142-154.
- BRASIL. Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública. VILELA, Laurez Ferreira (org.). Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 46, 1994.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola.** Como os sociólogos abordam essa questão. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 01 de novembro de 2014.

FALEIROS, V. FALEIROS E. S. **Escola que protege:** Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: 2008.

FANTE, C; PEDRA, J. A. **Bullying Escolar** – perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOSP- Fundação Oncocentro de São Paulo. **Serviço Social em Oncologia.** Comitê de Serviço Social em Oncologia. São Paulo, 1997.

FRAGA, C. Kologeski. Atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo. Nº 101.p.40 – 64., jan/mar.2010. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>

GUARESCHI, Pedrinho A.; SILVA, Micheli R. **Bullying:** “Mais sério do que se imagina”. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2008;

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2001.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo:** Trajetórias e desafios. Texto-base da Conferência Inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escolas de Trabalho Social, São José, Costa Rica, jul. 2004.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS – Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, Brasília/DF.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MILANI, Feizi M. Cultura de paz X violência. Papel e desafios da escola. In: MILANI, F. Et al. (Org). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003;

MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, nov (1997). fev (1998);

MIOTO, R. C. T. Perícia Social: proposta de um percurso operativo, In. **Serviço Social e Sociedade**, Nº 67.2001.

MOZ, J. M; ZAWADSKI, M. L. **Bullying** – Estratégias de Sobrevivência para Crianças e Adultos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

UNESCO. **Década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável: 2005 – 2014**: Documento final do plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, REALC, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classe Subalterna e Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **Política de Assistência Social: Uma trajetória de Avanços e Desafios**. In: Cadernos ABONG; ANAS. São Paulo: ABONG, nov. 2001.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.